



Caminhos da liberdade: rastros da abolição em Minas Gerais – 1880-1888.

Juliano Custódio Sobrinho*

Resumo: A proposta deste artigo é apresentar uma prévia de uma pesquisa sobre o processo de abolição da escravidão no sul de Minas Gerais (1880-1888) que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação de História Social da Universidade de São Paulo. No século XIX, Minas Gerais era apontada como a província com o maior contingente cativo do Império Brasileiro, mesmo nos momentos finais do sistema escravista. Na região sul da província, se desenvolveu uma economia agropecuária, voltada para o setor mercantil de abastecimento, em que a mão-de-obra escrava era utilizada com expressiva frequência nesta produção. Neste texto, nos propomos a apresentar um panorama do processo de abolição em Minas Gerais, destacando algumas agitações escravas e abolicionistas. Para isso, nossa análise se centrará na documentação “Chefia de Polícia”, pertencente ao Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte/MG, e no acervo de periódicos, pertencente ao Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort, de Campanha/MG.

Palavras-chave: Escravidão. Abolição. Minas Gerais.

Abstract: This article is a preview of a research, which is being developed in the Graduate Program in Social History at the University of São Paulo, about the process of abolishing slavery in the south of Minas Gerais (MG) between 1880 and 1888. In the nineteenth century, Minas Gerais was the Brazilian Empire's province with the largest number of captives, even in the final moments of the slave system. The southern part of the province has developed an agricultural economy, focused on the commercial supply sector, in which the slave labor was used with significant frequency. In this paper, we intend to present an overview of the abolition process in this region, highlighting some slaves and abolitionist movements, manifested in the southern of the province. For this reason, our analysis will focus on the "Chefia de Polícia" documentation, pertaining to

* Professor da Universidade Nove de Julho-SP. Doutorando do PPG de História Social da Universidade de São Paulo. Email: jcsobrinho@yahoo.com.br



the Mineiro Public Archives in Belo Horizonte/MG, and the collection of journals which belongs to the Monsignor Lefort Study Centre, located in Campanha/MG.

Keywords: slavery. abolition. Minas Gerais.

“Tive ocasião de admirar caracteres verdadeiramente honestos, espíritos de primitiva boa-fé, almas ingênuas, corações generosos, francos e verdadeiramente hospitaleiros, recebendo em tão longa excursão provas de benevolência que seria ingratitude olvidar agora.”(VEIGA, Bernardo, 1884, p.10). Em tom inflamado e repleto de saudosismo, Bernardo Saturnino da Veiga, traduziu nestas palavras o sentimento que teve daquela gente do sul de Minas. Esta percepção, expressada pelo autor, faria parte da introdução do seu “Almanak Sul Mineiro”, publicado pela segunda vez em 1884, em que ele narraria as venturas e desventuras de sua passagem por uma série de cidades e freguesias do sul mineiro, realizada durante anos. O escritor e proprietário do Jornal Monitor Sul-Mineiro, da cidade de Campanha, produziu uma obra que tinha como função trazer à tona as memórias das localidades da região. Além de elencar as características que marcavam a figura do mineiro, o autor apresentou alguns elementos geográficos, hidrográficos, estatísticos, populacionais, econômicos e políticos que constituíam aquele território.

Em meio às montanhas mineiras e os “*vales com suas terras férteis e abundantes*” surgiram diversos povoados ao longo do século XVIII que formaram o que se entende hoje por “sul de Minas”¹, lócus de nosso estudo. Assim, propomos apresentar neste artigo, parte de nossa pesquisa de doutoramento sobre os anos finais da escravidão, mais especificamente o processo de abolição que tomou conta da região, a partir da análise documental dos acervos “Processo-crime”, pertencente ao Arquivo do Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), de São João del Rei, Minas Gerais; “Chefia de Polícia”, pertencente ao Arquivo Público Mineiro, de Belo Horizonte; e “Jornais”, pertencentes ao Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort, de Campanha, Minas Gerais. Para isso, pretendemos, num primeiro instante,

¹ A noção de região pretendida para esse trabalho se aproxima das reflexões propostas por Ciro Cardoso, quando se entende por ‘sul de Minas’, uma área que pode ser definida “operacionalmente de acordo com certas variáveis e hipóteses, sem pretender que a opção adotada seja a única maneira correta de recortar o espaço e de definir blocos regionais”.CARDOSO, Ciro. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979. p.73.



situar o leitor sobre o contexto histórico e as principais características econômicas, políticas e sociais que delinearam a formação do objeto em estudo.

Ideias sobre a abolição em Minas

O fôlego derradeiro da escravidão parecia não ter fim e o sepultamento definitivo do sistema era anunciado, apesar da resistência do “morto” em não querer se entregar ao inevitável. Nos anos finais da ordem escravista no Brasil surgiram uma série de situações que comprometiam a sua continuidade. Ebulições sociais recheavam o cotidiano social com situações que deixavam evidentes os conflitos entre os seus agentes. A busca por acesso a espaços de autonomia e direitos costumeiros por parte dos escravos, a discordância de ideias entre os livres sobre a continuidade da escravidão e as interferências do Estado nas relações entre senhores e escravos, por exemplo, minavam ainda mais o sistema.

Este cenário de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais na última década de 1880 fez eclodir um grande questionamento sobre o futuro da instituição escravista e pode-se perceber com mais clareza como os sujeitos escravos procuravam, a partir de suas estratégias, decodificar situações em que se veriam respeitados em suas vontades. Este duelo de negociações e conflitos poderia gerar vitórias que atenuariam a espera pela liberdade completa. Sob as interferências e ações do poder policial e da Justiça – que não podem ser compreendidas sempre como dependentes e submissas as vontades senhoriais - as ações dos escravos pela conquista de direitos viram-se potencializadas, em algumas situações, revelando a complexidade de se entender este processo de abolição.

Em nossa pesquisa, estamos a observar algumas vivências do cotidiano desses agentes, que parecem se libertarem das páginas documentais, apresentando parte do cenário que compõe esta imbricada história. Na análise dos processos crimes é interessante perceber situações que provavelmente causaram grandes expectativas na vida de alguns escravos. Rita, escrava de Maria Camila, da Freguesia do Rio Verde, termo de Baependi, em 1883, viu a possibilidade de ter de volta o seu filho, Jacob, ingênuo menor de 12 anos, que havia sido tirado dela. De acordo com a Lei de 28 de setembro de 1871 ficava proibido a separação de cônjuges e filhos do pai ou da mãe. A denúncia foi promovida pelo Promotor Público, Antonio Carlos Carneiro Viriato Catão



Junior, que acusava o Juiz de Órfãos da cidade, João Coelho Gomes Ribeiro, de não se atentar para a dita lei e oferecer o menino para prestar serviços a seu cunhado, Adolpho Pereira Guimarães. A dona de Rita foi chamada a depor, mas seu tio tutor alegou que ela não era “perfeita do juízo” e por isso não poderia se co-responsabilizar pelo ocorrido. Nas palavras do promotor, o crime se constituiu porque cabia a Maria Camila ser a tutora do menino para que a “mãe não ficasse privada de seu fruto”.²

Procurar entender como este universo de situações apresentadas, através dos processos criminais se desenhou; como se deram as interferências legais nas relações de conflito entre senhores, livres e escravos, a partir da criação das leis conhecidas como “emancipacionistas”³; os conflitos gestados dentro do cativeiro e as ações e estratégias criadas pelos cativos são questões que observamos na documentação e que serão apresentadas ao longo da escrita da tese, processo que estamos desempenhando neste momento da produção deste texto. Além disso, a documentação já analisada nos permite entender como se deram as questões do tráfico interno, das transitoriedades e deslocamentos da população cativa e liberta, bem como as alforrias condicionadas e o fundo de emancipação criado. Assuntos que serão tratados para se compreender as repercussões dessas questões no sul mineiro.

Contudo, esta percepção multifacetada de práticas acontecendo a partir das ações de vários setores sociais, inclusive a escravaria, acerca dos últimos anos da escravidão no Brasil não estava nas conclusões de parte da historiografia. Se a década de 1880 trouxe grande fôlego para os movimentos abolicionistas nas diversas províncias brasileiras, devido às transformações sociais, políticas e econômicas que pairavam sobre o país e, se uma camada urbana mais despreendida da necessidade do elemento servil percebia a importância de seu fim para o progresso da nação, o processo da abolição inclinava-se para as ações deste grupo. Almejava-se uma nação livre dos estigmas da escravidão, mas não se discutia os rumos de inserção dessa população cativa na sociedade. Pelo menos, isso não fazia parte das intenções de muitos abolicionistas.(VIOTTI, 1998, p.489-517)

² Processo criminal, caixa 39, Baependi, 1883, Arquivo do Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional(IPHAN), São João del Rei-MG.

³ Nos referimos as leis de 28 de setembro de 1871, conhecida como lei do “ventre livre”, a Lei Saraiva-Cotegipe, de 1885 e a Lei nº 3310, de 15 de outubro de 1886, que abolia o artigo 60, do Código Criminal, como também a Lei nº 4, de 10 de junho de 1835, na parte em que impunha aquela pena. Além disso, os seus desdobramentos também serão comentados, como a criação do Fundo de Emancipação dos escravos, inserido na Lei de 1871. Ver: MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.



Pelo menos até a década de 1970, o processo da abolição era visto como um movimento exclusivamente promovido pela elite e pelos setores médios urbanos. Uma dádiva concedida ao escravo, mas que não o brindaria com uma promoção na subida da escala social. Segundo alguns membros da denominada “Escola Sociológica Paulista”, as ideias para a abolição estavam comprometidas com os planos da elite e com as vontades dos emergentes profissionais liberais que se despontavam nas cidades a partir de 1870.⁴

Como os escravos não tinham consciência de si e eram corrompidos pela agruras do cativo violento, esta vertente não percebeu a participação desses agentes nas decisões que levariam a desintegração do sistema escravista. Aliás, esse sistema é que ditava as suas vontades sobre os pobres cativos e estes deveriam assistir às tranformações que aconteceriam em prol da abolição. Nas palavras de Octávio Ianni, a abolição havia sido uma “revolução branca”, que arquitetava um processo de manutenção dos interesses da elite e de outros setores, devendo realizar o fim escravidão, além de promover a inserção do Brasil nas rotas do capitalismo e do trabalho livre, sem que houvesse sequelas sociais, mantendo o controle da população cativa e egressa.(IANNI, 1962, p.235)

Se o escravo foi incapaz de lutar por suas reivindicações ao longo de todo o cativo, também não seria capaz de influenciar e agir na tentativa de sua liberdade total. Neste sentido, esses escravos deveriam esperar pelo auxílio desse novo grupo social, gestado a partir das tranformações ocorridas no país nas últimas décadas antes de 1888, para provocar as estruturas dos pilares escravistas e assim estilhaçar de vez o sistema. As fugas, as rebeliões e violências praticadas pelos escravos produziam uma sensação de preocupação e isso justificava a iniciativa de controle por parte da elite. Uma leitura de que isso estaria contribuindo para o desmanche do sistema não foi possível naquele momento, já que essas ações inconsequentes dos escravos eram fruto de suas reações animais e alimentadas pela violência do regime sobre os negros.(CARDOSO, 2011, p.159-184). E esse carma da falta de “consciência de si” perseguiria esses agentes mesmo depois do cativo, já que as marcas da escravidão impuseram a formação de uma classe desprovida de organização.(FERNANDES, 2008)

⁴ Ao longo das décadas de 1960 e 1970, um grupo de foi conhecido como pertencentes a “Escola Sociológica Paulista” e produziram vários trabalhos acerca da escravidão negra e a abolição no país.



No contexto geral da historiografia, essas produções contribuíram para uma percepção de que sob a dádiva da elite e da redenção de D. Pedro II e da Princesa Isabel, os escravos finalmente se viram livres do cativeiro em 1888. A procura pelas mudanças nas grandes estruturas e nos modos-de-produção limitaram as possibilidades de análise sobre as evidências que articulavam essas macro-estruturas às situações do cotidiano e do vivido, da participação popular e da escravaria frente às imposições de continuidade do sistema escravista.

Contudo, as mesmas mudanças que a partir da década de 1970 lançaram luzes sobre a historiografia da escravidão, também impulsionaram alguns historiadores a contarem um novo capítulo sobre o processo da abolição no Brasil, mesmo que certa sobreposição da camada elitizada no processo da abolição ainda ficasse evidente, em relação a participação escrava. Assim, pode-se citar uma grande contribuição no entendimento da relação travada entre a participação escrava e o abolicionismo nos momentos de derrocada da escravidão.⁵

Em relação à historiografia sobre o processo de desintegração do sistema escravista, nos últimos anos da década de 1880, pode-se dizer que poucos trabalhos se dedicaram a analisar este período para Minas Gerais. As contribuições historiográficas depositadas sobre o auge da sociedade mineradora e do passado colonial setecentista em Minas enriqueceram o debate acadêmico nas últimas décadas. Desde uma perspectiva que supervalorizasse a produção aurífera e, posteriormente, a sua estagnação, até um cenário mineiro extremamente diversificado e dinâmico, no século XIX, sob o ponto de vista da produção agropecuária e mercantil. Vinculada a estas questões sempre estava o diálogo com o sistema escravista no território e sua importância dentro da estrutura produtiva.

⁵ Alguns autores se tornaram precursores desta historiografia ao descreverem a experiência do cativeiro no sudeste brasileiro e a crise do sistema escravista. Maria Helena Pereira Toledo Machado, quando afirma que ao se estudar o processo que desencadeou na abolição da escravidão e nas ações dos movimentos abolicionistas deve-se estar atento à complexidade das ações dos agentes envolvidos e que esses pertencem a grupos sociais múltiplos, indo além da condição de apenas escravos ou senhores. MACHADO, Maria Helena P. T. **O plano e o pânico**. Os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: UFRJ, Edusp, 1994. pp.13-18. Para Hebe Maria Mattos, ao se estudar o processo da abolição não se pode procurar 'dicotomias' ou criar uma abordagem que privilegia certos atores históricos, individuais ou coletivos, sem conduzir a 'esquematismos' ou 'excessos de simplificações'. MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.16. Ao realizar um estudo sobre o Rio de Janeiro, nas últimas décadas da escravidão, Sidney Chalhoub procurou demonstrar que os embates em torno de diferentes visões de liberdade era uma das formas possíveis de acesso ao processo histórico de desagregação do sistema escravista na cidade. CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.



Inúmeros trabalhos apontaram o sul de Minas como um dos principais centros econômicos, políticos e sociais da província ao longo do século XIX, corroborando para duas prerrogativas bastante consolidadas acerca da participação cativa nessa província: a de que a estrutura produtiva de Minas Gerais detinha até as vésperas da abolição o maior contingente escravo do Império; e que a grande parte dessa população cativa estava envolvida em atividades voltadas ao abastecimento interno. Desta forma, a intenção central da pesquisa é contribuir para o entendimento de que tal peso da escravidão na região, em seus anos finais do sistema, contribuiu para as ideias gerais da abolição, que se delinearam e interagem com outras movimentações em defesa do fim do cativo, acontecidas em todo o Império brasileiro.

A Província de Minas Gerais, no século XIX, foi marcada por fortes contrastes regionais, em que cada porção do território mineiro possuía um caráter econômico produtivo bastante distinto. Havia também uma variação populacional considerável de uma área para outra. A capacidade de diversificação produtiva e mercantil vivenciada em suas inúmeras regiões, contribuiu para o entendimento da necessidade de estudos pontuais que possam descortinar este imenso cenário provincial, frente às transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas nos últimos anos da escravidão. Mesmo diante de uma variação econômica, percebemos que o caráter produtivo mineiro, naquele século, foi a agropecuária voltada para a subsistência e a mercantilização.(MARTINS; SILVA, 2003, pp.10-13)

Assim, o sul mineiro seria apontado pela historiografia como uma região de grande produção agropecuária, com destaque para a criação de gados e porcos, voltada para o mercado interno, com a utilização expressiva da mão-de-obra escrava, e inserida nas rotas mercantis, principalmente, para o interior de São Paulo e para a Corte. Ao longo das últimas décadas, muitos estudiosos apresentaram pesquisas que tenderam a corroborar para o entendimento sobre a vocação do sul de Minas, no oitocentos, como polo de produção mercantil agropecuária. Além disso, a compreensão de que as produções mercantil e de subsistência eram capazes de produzir riquezas para a aquisição de escravos – muitas vezes, em número semelhantes ao de propriedades voltadas para a agroexportação – ficaram evidentes nesses estudos.(FRAGOSO, 1998, pp-123-128)



Minas Gerais(adaptação de mapa atual) - localidades de pesquisa



Fonte: (elaboração própria a partir de) Instituto de Geociências Aplicadas.

Conflitos e ebulições sociais nas vésperas da abolição

Na década de 1960, Oiliam José lançou o livro “A abolição em Minas”, propondo uma reflexão sobre a escravidão e o seu término na província. Para o autor, não seria possível esperar dos mineiros situações de ebulições sociais a favor ou contra a escravidão, nos últimos anos do sistema, como aconteceram em São Paulo e Rio de Janeiro. Não somente o caráter rural e pacato que tomava conta da população, mas a falta do “espírito” transformador fazia parte da essência do povo em Minas.

Não houve em nossa Província campanhas ruidosas em favor da emancipação dos escravos, porque as condições do meio não as favoreciam, nem mesmo as aconselhavam. O ambiente provinciano mineiro, com suas definidas realidades políticas, sociais e econômicas, não lhes era propício. Evidenciava-se então, de modo incontestável, o predomínio político e econômico dos proprietários rurais sobre as populações urbanas e não seriam naturalmente esses proprietários os fautores do movimento de libertação.(JOSÉ, 1962, p.99)



Assim, legitimados pela serenidade e provincianismo, os mineiros lidaram muito bem em suas relações com os males da escravidão. Minas não apresentava cenário suficiente de conflitos e tensões escravistas que pudessem eclodir nos anos finais da década de 1880 e, se houve, seus agentes não eram “propícios” para enfrentar a situação, já que culturalmente, o mineiro não era dado a “revoluções”. Os movimentos abolicionistas não existiram, com exceção da ação emancipadora estudantil e de profissionais liberais em Ouro Preto, que pouco puderam fazer pela causa e só se expressavam através da propaganda. Com o findar da escravidão em 1888, os mineiros viram passar a transição da mão-de-obra escrava para a livre sem maiores traumas.(JOSÉ, 1962, p.103)

Outro trabalho significativo para este período foi a dissertação de mestrado “Escravos e abolicionismo na imprensa mineira – 1850/1888”, de Liana Maria Reis. Ao realizar uma análise sobre o abolicionismo a partir das páginas dos jornais, a autora apresentou um leitura do passado escravista e abolicionista da província, a partir das novas considerações sobre a sociedade produtiva em Minas oitocentista, que passava a ser descrita dentro de possíveis variáveis regionais, demarcadas por suas estruturas econômicas diversificadas e dinâmicas na produção mercantil.(REIS, 1993)

Por mais que a tentativa tenha sido realizar um panorama sobre o abolicionismo a partir da imprensa de Minas, no século XIX, a autora não viu outras possibilidades de explorar a percepção dessas atuações em toda a província, já que a documentação que tinha não a permitia, limitando-se a uma análise mais específica dos movimentos abolicionistas da região de Ouro Preto e Mariana.(REIS, 1993, pp.111-117)

Em relação à atuação desses movimentos abolicionistas, a autora não apresenta os agentes integrantes desses grupos como dispostos a uma libertação efetiva dos escravos na província. Esses movimentos teriam uma caráter “moderado”, não envolvendo a participação popular nas ideias e ações realizadas por eles. Por mais que tivessem conseguido criar certa “consciência política”, inclusive nos escravos, a partir da propaganda na imprensa.(REIS, 1993, p.201)

Maria Helena P.T. Machado, ao apresentar “O plano e o pânico” lançou luzes à perspectiva de um processo abolicionista que não se pode enquadrar em moldes rígidos explicativos. Era preciso entendê-lo dentro de variáveis pertinentes à realidade da crise do sistema escravista brasileiro. Assim, para se compreender esta ideia de abolição multifacetada e recheada de pluralidades seria preciso estudar os movimentos sociais da



década de 1880, os sujeitos esquecidos e a margem do sistema, suas ideias, projetos e o papel social que ocuparam nos meandros do abolicionismo.(MACHADO, 1994)

Segundo a autora, além de negociarem os “direitos” costumeiros, os escravos, ao longo da última década da escravidão, passaram a vislumbrar cada vez mais a liberdade e a exigí-la. Havia uma percepção em alguns líderes de revoltas escravas sobre as conjunturas que tomavam conta do Império naquele momento e, obviamente, era preciso se aproveitar desses espaços para lutar contra o cativo. As ações organizadas ou não interligadas entre escravos, libertos, o “populacho” presente nas ruas, as organizações abolicionistas e suas atuações em vários espaços sociais recheavam o imaginário das pessoas e o medo das consequências de tantas agitações sociais provocavam o “pânico” e a sensação de desgoverno na sociedade.(MACHADO, 1994, pp.91-95)

Estas possibilidades de interpretar o que entendiam esses escravos sobre aquele momento de grandes ebulições sociais e como liam o mundo no qual viviam tem sido um grande desafio nesta pesquisa. Trilhando os caminhos e descaminhos de parte desta historiografia e comungando com alguns sobre a necessidade de trazer à tona as tentativas de atuações que esses escravos elaboravam, a partir do que é possível enxergar na documentação, nos colocamos a percorrer algumas situações que achamos relevantes para compreender a desintegração do sistema escravista na região estudada.

Em contraste com as proposições apresentadas pela historiografia sobre o processo de abolição da escravidão em Minas Gerais, a documentação “Chefia de Polícia”, pertencente ao Arquivo Público Mineiro, revelam indícios interessantes sobre a crise do sistema escravista na região e os processos que levaram a sua abolição. Os conflitos e divergências traçados por aqueles agentes em todas as esferas sociais - em defesa do cativo ou pela sua extinção- podem ser contemplados nessa análise documental, que também deixa claro a tentativa dos indivíduos ligados diretamente à segurança pública em manter a ordem social.

A partir da consulta a essa documentação está sendo possível perceber uma série de ocorrências que preocupavam a sociedade da época e que provocavam desconforto nas autoridades, por alterar a rotina desses lugares e por causar o descumprimento às leis. Até o momento, se pode perceber que alguns assuntos ligados à crise do sistema escravista e a sua abolição são recorrentes nessas atuações policiais como: as manifestações sociais causadas por abolicionistas (meetings) e pessoas comuns; os



crimes cometidos por escravos e libertos e contra eles; as aglomerações de escravos fugidos nas cidades; a existência de quilombos na região; as fugas e revoltas de cativos; as denúncias de venda de ingênuos e livres; e as concessões de liberdades antecipadas a Lei de 13 de Maio.⁶

No início de 1888, o Delegado Valeriano Mauro da Costa, da cidade de São Gonçalo, enviou uma correspondência ao Chefe de Polícia da província, Dr. Levindo Ferreira Lopes, em que suplicava:

como até agora não tenham chegado os praças, de novo reitero respeitosamente a V.Ex^a o mesmo pedido fazendo sentir a V.Ex^a que o abolicionismo na cidade de Campanha está no seu maior auge tirando se os escravos de uns dando se a outros e marcando-se salários a bel prazer dos abolicionistas Disse-me o Exmo. Sr. Juiz de Direito que [] em São Gonçalo que nunca vira tanto descalabro e que [] fosse alterada a ordem pública. Como este movimento é contagioso e em S. Gonçalo os ânimos estão dispostos a favorecer a liberdade dos escravos, todavia devemos estar prevenidos a fim de mantermos a ordem pública. Existem em S. Gonçalo três indivíduos que está na condição de bem desempenhar o papel de soldados policiais. Se V. Ex. quiser pode dar suas ordens ao Commandante do destacamento para engaja-los.⁷

Investigamos o acervo “Chefia de Polícia” para o sul mineiro, entre os anos de 1880 a 1888, e foi possível perceber a divergência entre dois tipos de correspondências trocadas entre chefe de polícia da província, delegados e subdelegados das diversas cidades e distritos da região. O documento citado acima faz parte do livro “Reservados de Polícia”, que fundamental em nossa análise para entendermos as ações do poder público, representado pela força policial, na tentativa de combate as manifestações escravas e abolicionistas e para a preservação da ordem.

De forma direta, o Delegado Valeriano Mauro da Costa informou ao Chefe de Polícia sobre a situação “perigosa” em que se encontravam dois polos econômicos e políticos importantes da região – Campanha e São Gonçalo - frente ao descontrole policial em apaziguar os ânimos inflamados de escravos e abolicionistas, que

⁶ Nessa documentação foram encontradas diversas correspondências para o tema e o período abarcado, encaminhadas por subdelegados e delegados daquela região ao Chefe Provincial da Polícia e cartas enviadas por ele aos seus subordinados. Algumas ocorrências faziam parte de um livro intitulado “Reservado de polícia” o que demonstrava profundo cuidado desses agentes em lidar com certas informações a respeito do controle que se deveria ter com as manifestações abolicionistas e revoltas escravas.

⁷ APM. Chefia de Polícia. Correspondência recebida. POL 1/3, Cx. 20, Doc. 28. São Gonçalo, 11/04/1888.



colocavam em xeque a manutenção do escravismo em seus dias finais em todo o Império Brasileiro. Se a documentação policial não nos reservou grandes perturbações a ordem estabelecida para os primeiros anos da década estudada, nos parece que nos suspiros derradeiros do cativo, a região estava se preparando para um importante desfecho final. Em uma área mineira em que o urbano e o rural se confundem e o peso da mão-de-obra escrava é relevante para a produção agropecuária, o contexto regional parecia estar mais coerente com os apelos dos agentes favoráveis ao fim do sistema que à vontade dos senhores.

Na verdade, relatos de delegados e subdelegados, que deixaram em evidência situações de preocupação com a perturbação da ordem, não são raros de se encontrar nesses acervos, o que nos demonstra, na maioria das vezes, ações extremas por parte desses agentes policiais, que nem sempre expunham com tanta clareza as dificuldades de controle social em suas áreas de vigilância. Era preciso não só manter a segurança, mas garantir seus cargos e, neste sentido, preservar a imagem frente ao chefe de polícia era uma estratégia praticada por esses sujeitos. Assim, quando perguntados pelo chefe de polícia sobre insurreições a ordem pública, eles eram enfáticos em responder que os agravos cometidos estavam sendo punidos pela força da lei e a cidade se mantinha “na mais perfeita ordem”.

Contudo, em correspondências posteriores esses mesmos delegados expunham as condições precárias das cadeias e da falta de recursos materiais para o cumprimento de seus ofícios. Assim, o subdelegado de polícia, Servulo Nogueira Penido, também lotado na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, fez uma solicitação emergencial ao chefe de polícia da província, em 13 de março de 1887. Diz ele:

Existem nesta cadeia 10 criminosos de morte, sendo 2 mulheres e no entretanto não existe carcereiro, devido a não se marcar ordenado ao mesmo, por isso espero de V. Ex. empregará todos os esforços a fim de ser lotado o vencimento que possa competir ao carcereiro, a fim de ser nomeado o que for proposto. (...) tenho a honra de informar que para os urgentes reparos a fazer-se na cadeia deste lugar é indispensável a quantia de um conto de réis, visto acharem as paredes do edifício quase todas vendidas e em perigos de desabar, embora as precauções empregadas.⁸

⁸ APM. Chefia de Polícia. Correspondência recebida. Pol 1/3, Cx.20, Doc.06. São Gonçalo do Sapucaí, 13/03/1887.



A falta de destacamentos também estava presente nas reivindicações dos agentes de polícia dessas localidades e, em tempos de revoltas escravas e manifestações abolicionistas, a carência de reforços comprometia o trabalho de controle da ordem social. Em muitos casos, os pedidos de novas contratações para as tropas partiam da própria Secretária de Polícia ao governo provincial, como é o caso da correspondência do Chefe de Polícia, Dr. Levindo Ferreira Lopes, em 27 de julho de 1887, solicitando o acréscimo do destacamento para barrar o avanço dos conflitos e das desordens instaladas em alguns municípios mineiros, como era o caso de Conceição do Rio Verde.

Rogo a V. Ex. se digne ordenar que se complete o destacamento da Conceição do Rio Verde que está reduzido a um praça. Em off. de 23 deste mez expõem-me as repectivas autoridades policiais que o logar está sempre em anarchia, devido a aglomeração de pessoas desconhecidas, criminosos e escravos fugidos, e concluem declarando que não poderão continuar nos cargos que alii occupão se não forem atendidas.⁹

Em situação limite, nos parece claro a preocupação do chefe de polícia da província frente a precariedade das condições de trabalho dos agentes policiais, bem como a falta de indivíduos para completar o corpo do destacamento. Em muitos casos, delegados e subdelegados evitavam a perda de comando no controle das agitações, a partir de pedidos urgentes a delegacias vizinhas, no intuito de conseguir emprestado policiais para aumentarem os seus efetivos. A preocupação com os escravos fugidos que perambulavam as fazendas, as estradas e as cidades era uma constante nos escritos desses comandantes e deflagravam as dificuldades que o corpo policial possuía na captura de escravos e na intermediação dos conflitos entre senhores e cativos naquele momento. Para alguns delegados, situações limites como essas só seriam resolvidas com a entrega dos cargos e, neste caso, não deixavam de explicitar a vontade em devolver os seus postos ao chefe de polícia.

Segundo Maria Helena Machado, a polícia foi a instância que mais serviu aos pedidos dos senhores no combate a desordem e revoltas provocadas pelos escravos e pelos abolicionistas. Ao representar o estado era missão daquele órgão cumprir a lei e defender *a legítima propriedade escrava*. As repercussões da crise escravista e o temor que as revoltas e ações de escravos, libertos, pobres e abolicionistas tomassem conta colocavam em xeque a segurança pública. Assim, mais que assegurar os interesses dos

⁹ APM. Chefia de Polícia. Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao Governo Provincial. Pol 93, nº 921, p.173.



senhores de escravos, a polícia tinha compromisso com a defesa da ordem e o seu papel foi estratégico naquele contexto.(MACHADO, 1994, p.69-72)

Com as insurgências abolicionistas e as revoltas escravas ganhando terreno no campo social, coube à polícia manter a sensação de que tudo estava sob a mais perfeita ordem, mesmo sabendo que seus aparatos coercitivos já não davam mais conta de assegurar a ordem pública com a mesma eficácia de tempos atrás.(MACHADO, 2009, pp.376-377)

Vale ressaltar que algumas dessas correspondências também trazem à tona as insatisfações desses agentes policiais em se prestarem a captura de escravos, já que os serviços das delegacias eram muitos e este não era um ofício encarado por alguns como parte das obrigações policiais, devendo se restringir ao campo senhorial. Como os senhores já não pareciam mais dar conta dessas apreensões e castigos aos fugitivos, a polícia era chamada para intermediar essa relação.

Ao cruzar as informações contidas na documentação “Chefia de Polícia” com a imprensa mineira, pudemos perceber que as perturbações a ordem pública e as manifestações de escravos e abolicionistas também se faziam presentes nas páginas dos periódicos. Se, por vezes, o acervo policial não apresentava rastros dessas agitações sociais, os jornais denunciavam as fugas e revoltas escravas na região, as precariedades do poder público - em combater essas desordens - e até mesmo as insatisfações de alguns delegados com o papel da polícia, frente ao controle da população de cor que se encontrava pelas ruas e que eram suspeitas de pertencerem ao cativeiro. Para alguns policiais o medo e o pânico incitado por escravos e libertos - que cada vez mais circulavam pelas estradas e ruas das cidades - levavam a pedidos de prisão desses sujeitos que sobrecarregavam os trabalhos dos policiais e superlotavam as cadeias.

Assim noticiou o Jornal Monitor Sul-Mineiro, de Campanha, em 14 de março de 1886, que o delegado da cidade se manifestava com profundo descontentamento contra os “abusos” de certos senhores que não buscavam nas cadeias os seus escravos fugidos. A matéria dava conta de um suspeito, José Pernambuco, que perambulava pelas ruas de Campanha, tendo sido aprisionado em 29 de setembro de 1883, e que, até aquela data, encontrava-se ainda recluso de forma “das mais illegaes”. O dito senhor, Bernardo José Marianno assumiu a responsabilidade pela soltura do escravo, comprometendo-se a pagar pelos gastos com a prisão. Segundo a matéria, o delegado de Campanha estava “resolvido a não consentir na continuação de abusos semelhantes e que de modo algum



tolerará que se conserve na cadeia indivíduos suspeitos de serem escravos – impedindo mais que se torne aquelle edificio asylo de escravos, que por qualquer motivo incorrem no desagrado dos seus senhores”.¹⁰

A imprensa também funcionava como uma forma de comunicação entre as autoridades que tomavam conhecimento das agitações populares que ocorriam em toda a província. Os jornais serviam como um “termômetro” para que os planos de contenção as revoltas e ações fossem traçados pela polícia. Assim, era comum a troca de correspondências entre a Secretaria de Polícia e as delegacias da província, a partir da leitura dos periódicos que noticiavam os movimentos perturbadores.(MACHADO, 2008, pp.248-257)

Em 26 de setembro de 1887, em correspondência expedida pela Secretaria de Polícia aos comandantes da polícia, o Chefe de Polícia exigia esclarecimentos sobre a denúncia de maus-tratos ao escravo, Calixto, na cidade de Caldas, relatado no Jornal o Paiz, da Corte. Segundo a correspondência, o espancamento ao escravo de D. Francisca Botelho deveria ser apurado e se “punir os culpados”.¹¹ O caso repercutiu em outros órgãos do governo e, em nova correspondência, o Chefe de Polícia solicitou ao delegado de Caldas mais esclarecimentos sobre as investigações do crime, para que ele pudesse atender a solicitação do Ministério da Justiça, que naquela momento também tomara conhecimento do fato.

Para poder ser satisfeita o Ministério da Justiça, recomendo a V. S. que me preste informações sobre o facto noticiado pelo Paiz, de 25 de setembro ultimo, de ter se apresentado ao delegado dessa cidade, o pardo Calixto, com uma grossa corrente ao pescoço e queixando-se de haver sido barbaramente castigado por José Antonio Muniz e Antonio Pedro.¹²

A partir dos casos relatados acima, percebemos que mesmo que alguns membros do corpo policial se sensibilizassem com as agruras sentidas pelos escravos no embate com seus senhores e os livres, não se pode perder de vista que aqueles agentes defendiam a tranquilidade pública e não descartavam os direitos e interesses senhoriais pela legitimidade de seus bens e aplicação de castigos. Contudo, as repercussões da

¹⁰ Jornal Monitor Sul-Mineiro de 14/03/1886. Arquivo do Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort, Campanha-MG.

¹¹ APM. Chefia de Polícia. Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao delegado de Caldas. POL 94, n.2185, p.334. 26/09/1887.

¹² APM. Chefia de Polícia. Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao delegado de Caldas. POL 94, n.1098, p.188. 04/10/1887.



crise escravista e os temores que as revoltas e ações provocadas por escravos, libertos e abolicionistas fugissem do controle colocavam em xeque a segurança pública. Assim, mais que assegurar os interesses dos senhores, a polícia tinha compromisso com a defesa da ordem. E, com as insurgências abolicionistas e as revoltas escravas ganhando terreno no campo social, coube a ela manter a sensação de que tudo estava sob o mais perfeito controle, mesmo sabendo que seus aparatos coercitivos já não davam mais conta de assegurar a paz pública com a mesma eficácia de tempos anteriores.

Considerações finais

Neste momento da pesquisa, estamos nos debruçando para entender o papel do abolicionismo na região que privilegiamos para este estudo. É nítido pelos relatos policiais e pela imprensa que grupos abolicionistas estavam presentes nos movimentos que compunham as agitações sociais que tomaram conta das localidades no sul mineiro. Contudo, nos cabe analisar qual era o papel desses grupos e agentes no processo de abolição travado naquele instante: até que ponto os interesses pessoais desses sujeitos não atravessavam os interesses da causa abolicionista? Qual(quais) a(s) intenção(ções) desses agentes no comprometimento com as ações que engrossavam as desordens criadas pelos escravos e demais sujeitos simpatizantes das causas pelo fim da escravidão? Compartilhando de algumas proposições sobre o caráter popular dos caminhos traçados para o fim da escravidão no país, compreendemos que entender um conjunto de atuações e ações dos sujeitos envolvidos neste processo seja relevante, já que pretendemos defender a hipótese que a abolição foi um processo que emerge muito mais das vontades dos sujeitos a margem daquele sociedade que de uma “dádiva” concedida pela elite brasileira.(MACHADO, 2009, p.369)

Neste sentido, pretendemos corroborar para as pesquisas já desenvolvidas que procuram entender as especificidades do processo de abolição que tomou conta do Império Brasileiro, em sua última década de existência. Assim, estudos de cunho regionais contribuem para compreender o caráter complexo da temática diante das análises generalizantes que tomaram conta da historiografia por certo tempo.

No caso de Minas Gerais, a “passividade” do mineiro, tão relatada pelos memorialistas que relataram sobre a abolição na província, parece não compactuar com as informações que estamos encontrando na documentação analisada. Não estamos a procura de traçar um passado abolicionista da província mineira aos moldes de cenários



efervescentes da causa já expostos pela historiografia - como os casos do Rio de Janeiro e de São Paulo, por exemplo - mas sim de acordo com a ideia de que é possível entender “abolicionismos” presentes nos anos derradeiros da escravidão no Brasil, que a um só modelo já estabelecido.¹³

Referências bibliográficas

- CARDOSO, Ciro. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravista do Rio Grande do Sul**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- COTA, Luiz Gustavo. **Ave, libertas: abolicionismos e luta pela liberdade em Minas Gerais na última década da escravidão**. Tese(doutorado), Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, RJ, 2013.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 2 vols. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2008.
- FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura**. Acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro(1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- JOSÉ, Oiliam. **A abolição em Minas**. Belo Horizonte: Itatiaia,1962.
- MACHADO, Humberto. Imprensa abolicionista e a censura no Império do Brasil. In: LESSA, Mônica; FONSECA, Silvia. **Entre a monarquia e a república**. Imprensa, pensamento político e historiografia(1822-1889). Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2008.
- MACHADO, Maria Helena P. T. **O plano e o pânico**. Os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: UFRJ, Edusp, 1994.
- MACHADO, Maria Helena. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. In:

¹³ Ao mencionar “abolicionismos” viemos de encontro com a proposição de Luiz Gustavo Cota, que ao estudar a abolição em Minas Gerais, através da imprensa, apresenta o conceito para trazer ao debate a preocupação com o caráter complexo do processo da abolição no país. COTA, Luiz Gustavo. **Ave, libertas: abolicionismos e luta pela liberdade em Minas Gerais na última década da escravidão**. Tese(doutorado), Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, RJ, 2013.



GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARTINS, Maria do Carmo; SILVA, Helenice. Produção econômica de Minas Gerais em meados do século XIX. In: **Anais do V Congresso Brasil de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Caxambu/MG, 2003.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

REIS, Liana. **Escravos e abolicionismo na imprensa mineira – 1850-1888**.

Dissertação(mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1993.

VEIGA, Bernardo Saturnino. **Almanak sul-mineiro**. 2ªed. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

VIOTTI, Emília. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

Recebido em 02 de Outubro de 2013.

Aprovado em 17 de Dezembro de 2013.